

Mulheres descobertas no lixo

Lúcia Bettencourt¹

Resumo: O presente artigo busca, pelos caminhos da memória, refletir sobre mulheres autoras esquecidas e resgatadas em locais de descarte. A partir de uma visita ao Cemitério dos Pretos Novos, na Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro, e da atenção voltada para uma exposição de rostos femininos desconhecidos e idealizados é que se desenvolveram os questionamentos sobre os motivos que levaram (e levam) tantas mulheres a serem silenciadas e olvidadas. Assim, num entrelaçamento de personagens femininas da literatura brasileira do século XIX e de escritoras mulheres (do século XIX ao XX), o artigo discute como as relações de gênero, mas também as de raça, influenciaram a construção e formação de um cânone histórico e literário.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Mulheres. Negritude.

Introdução

Escrevo este ensaio recorrendo a várias reminiscências, algumas mais antigas, outras recentes. Todas, porém, envolvem alguma descoberta de autoras ou de mulheres notáveis, resgatadas em locais de descarte. Perdoem-me os leitores se o texto lhes parece desarrumado ou pouco apresentável, já que as memórias, entremeadas com a emoção, nem sempre conseguem trajar segundo o rigor das modas científicas. Vamos a elas!

Há pouco tempo fui conhecer o Cemitério dos Pretos Novos. Apesar de datar dos finais do século XVIII, início do século XIX, este local tinha sido apagado no traçado urbano do Rio de Janeiro. Havia referências históricas, havia menções à sua localização, mas o cemitério, desativado desde 1831, estava desaparecido.

Em 1996, contratados pelo casal Petruccio e Ana Maria Mercedes Guimarães, para reformar a casa situada na rua Pedro Ernesto 36, na Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro, os operários se surpreenderam ao encontrar, embaixo do piso que começavam a quebrar, uma grande quantidade de ossos que pareciam humanos. Passo a palavra a Júlio César Medeiros da Silva Pereira, autor de *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*:

¹Doutora em Literatura Comparada pela UFF; autora dos livros de contos *A secretária de Borges* (2005) e *Linha de Sombra* (2008), dos romances *O amor acontece: Um romance em Veneza* (2012), *O regresso, a última viagem de Rimbaud* (2015) e dos livros infantis *A cobra e a corda* (2011), *Botas e bolas* (2011), *O sapo e a sopa* (2013) e *A oca e a toca* (2015). Mantém o blog: www.nadanonada.blogspot.com

Qual não foi o espanto dos trabalhadores quando, de súbito, perceberam que algo mais do que o chão era quebrado, pois ossos se misturavam à terra revolvida a cada vez que uma pá fendia o solo. Depois de muitas conjeturas sobre o que pudesse ser aquilo, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi acionado, bem como o Instituto de Patrimônio Histórico, e chegaram à conclusão sobre o motivo de várias ossadas terem sido descobertas naquele local: aquele era o Cemitério dos Pretos Novos, do qual, há muito, se havia perdido a localização (PEREIRA, 2007, p. 135).

A ciência, como vários casos ilustram, depende dos acasos. Este achado, graças a uma reforma de imóvel particular, feito em tempos propícios, quando o país já não tentava mais esconder as marcas deixadas pela utilização de mão de obra escrava, permitiu que, algum tempo depois (2005), ali surgisse o Instituto dos Pretos Novos (IPN), dedicado a propor reflexões, estimular projetos educacionais e de pesquisa para a preservação da memória relacionada aos fatos e acontecimentos afins ao período de escravidão legal, com seus desdobramentos nos dias atuais, conforme afirma o site oficial da instituição.

Pretos Novos era a denominação dada aos africanos recém-desembarcados dos ôtumbeiros, o expressivo apelido dado aos navios negreiros. Aqueles que chegavam vivos aos cais do Valongo, eram os ôpretos novos, obrigados a fazer um período de quarentena no Lazareto antes de serem vendidos. Os que não sobreviviam eram enterrados naquele local, a partir do final do século XVIII. Lamentavelmente, a descoberta do sítio arqueológico confirmou o que alguns viajantes já haviam testemunhado em seus relatos. O que se percebe nas palavras do alemão G. W. Freireyss ao descrever o local em 1814:

No meio deste espaço [de 50 braças] havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva que tinha carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido ainda enterrados (MARTINS, 2007, p.67).

Por um outro acaso, quando cheguei ao Instituto, pela primeira vez, um grupo de visitantes recebia informações de um guia que ressaltava o fato de que o ôcemitério, na verdade, mais se aproximava a um lixão, pois os corpos eram descartados, em sua grande maioria, sem ritos fúnebres. Muitas vezes os corpos eram enterrados sob as cinzas de outros corpos que eram meramente incinerados. Amontoados, calcados pelos pés dos ôcoveiros, em covas tão rasas que as chuvas carregavam a pouca cobertura feita de cinzas, terra e lixo, esses

seres perdiam sua humanidade e seus restos mortais apodreciam e empestavam o local, provocando protesto dos moradores e comerciantes.

Foi assim que entrei na casa humilde, com reverência e curiosidade. As instalações, muito simples, revelam a penúria em que se encontram os projetos culturais na cidade (no país todo, a bem da verdade). O pequeno sítio arqueológico, uma sala pequena onde se projeta um documentário informativo dos trabalhos já realizados, uma biblioteca que ocupa uma parede. No alto da estante, fotografias de mulheres, do passado e do presente, valorizando a herança africana no Brasil.

Olhei, curiosa, tentando reconhecê-las apenas pelas feições, mas não fui capaz. Apenas as mais próximas no tempo, como Elza Soares e Carolina Maria de Jesus me eram familiares. Li seus nomes, reconheci alguns, outros não me diziam absolutamente nada. Mas aquelas fotos exigiam que eu fizesse algo.

No já mencionado livro de Júlio César Medeiros da Silva Pereira, *À flor da terra*, há a seguinte citação de Michelet: “Sim, cada pessoa morta deixa um bem, sua memória, e exige que alguém cuide dele” (PEREIRA, 2007, p. 28). O ensaísta continua, falando do papel da história e do dever do historiador. “Para quem não tem amigos, um magistrado deve encarregar-se disso, porque a lei, a justiça é mais digna de confiança do que nossas ternuras desatentas, nossas lágrimas facilmente estancadas. Esse magistrado é a história... Nunca, em toda minha existência perdi isso de vista, o dever do historiador” (PEREIRA, 2007, p. 28).

Não sou historiadora, nem sequer tenho a pesquisa necessária ao resgate das pessoas ali retratadas. Numa reflexão superficial, posso dizer que as figuras ali exibidas, quando mais remotas no tempo, confundem-se com mitos. A história, com seu discurso, renega-lhes seu aval. Esse é o caso, por exemplo, de Maria Felipa de Oliveira (Itaparica, data incerta ó 4/7/1873). Embora os livros de história advirtam que faltam documentos comprovadores de seus feitos, a tradição atribui a ela não apenas feitos heroicos, mas também descrições físicas e detalhes de sua participação nas lutas pela independência da Bahia em 1823, deixando-a em pé de igualdade com as famosas heroínas Maria Quitéria e Joana Angélica. Descrita como mulher alta, e forte, descendente de negros escravizados originários do Sudão, possuía espírito de liderança que lhe permitiu comandar um grupo de duzentas pessoas. Conta a tradição que sua arma de combate foram ramos de cansação, planta que provoca queimaduras ao roçar na pele. Os soldados portugueses eram atraídos por Felipa e seu grupo de negras e índias para lugares ermos, na esperança de praticar sexo. Ao se despirem, porém,

eram surrados com o cansaço, enquanto os outros seguidores da mulher se incumbiam de incendiar as embarcações deixadas desguarnecidas pelos soldados. No livro *A Ilha de Itaparica*, de 1942, Ubaldo Osório Pimentel, historiador, confirma sua participação na defesa de sua ilha natal, através de documentos públicos. Felipa também aparece no romance histórico *O sargento Pedro*, de Xavier Marques, e supõe-se que seja o modelo para a personagem Maria da Fé, de *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro.

Em pé de igualdade com Felipa, mas com ainda menos documentação histórica, uma outra retratada se destaca como personagem literária, embora seus feitos históricos não tenham comprovação. Trata-se de Luísa Mahin, mãe do abolicionista Luís Gama. Em carta ao jornalista Lúcio de Mendonça, datada de 25 de julho de 1880, Gama assim a descreve:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio ó era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do doutor Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que a conheciam e que me deram sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma ôcasa de dar fortunaõ, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses ôamotinadosõ fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela. (MOURA, 2004, p. 253).

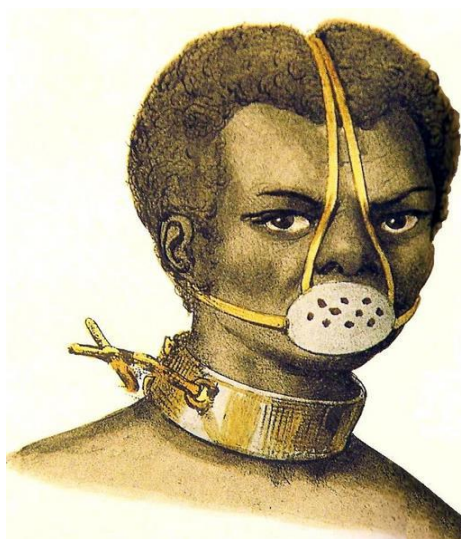
Se os romancistas acreditam na existência e na participação de Luísa nas revoltas dos Malês e na Sabinada, estando ela retratada no romance histórico de Pedro Calmon, *Malês: a insurreição das senzalas* (1930) e no de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor* (2006), os historiadores são mais cautelosos. Os biógrafos de Luiz Gama (Sud Mennucci, Elciene Azevedo e Ligia Fonseca Ferreira) afirmam não ter encontrado documentos que confirmem as reminiscências de Gama. Segundo eles, o mais provável é que esse retrato de Luísa Mahin esteja próximo de um tipo de alterego do próprio Luiz Gama. O aclamado historiador João José Reis, afirma que, apesar de ter pesquisado exaustivamente os documentos existentes sobre a revolta dos malês, não encontrou qualquer referência sobre Luísa, o que a afasta da

comprovação histórica e a aproxima de um mito libertário. Apesar disso, há um projeto de lei que propõe inscrever Luísa Mahin no *Livro de heróis da pátria* (REIS, 2003, p. 97).

Pelos vistos, esta estratégia de inserção na história de mulheres do século XIX seguindo pelo caminho revolucionário, não rendeu grandes frutos. Se a imaginação popular as acolheu como exemplo, nem o império nem a república abriram espaço nos anais para elas, a não ser que tivessem a pele mais clara, ou caso conseguissem interessar à Igreja, ainda muito forte e influente.

No século anterior, uma menina de apenas seis anos desembarcou no Rio de Janeiro de 1725. Supõe-se que ela pertencesse à nação courana. Foi ela a primeira afro-brasileira a escrever um livro, *Sagrada teologia do amor de Deus Luz brilhante das almas peregrinas* (1725), do qual restam algumas páginas manuscritas. Graças a seus transe místicos, numa época em que a Igreja procurava estimular a crença em santos negros, que servissem de modelo aos enormes contingentes de pessoas escravizadas pelo mundo (São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia, Santo Antônio de Noto) Rosa Courana, sob o nome de Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz, foi beatificada ainda em vida. Seu culto prosperou; ela fundou e foi a dirigente da Casa de Recolhimento Nossa Senhora do Parto, até que, tendo contrariado os poderosos e outros religiosos, foi aprisionada e enviada para Lisboa, para ser julgada pela Inquisição. Os arquivos de seu processo estão na Torre do Tombo, em Lisboa. Há que se notar que, inexplicavelmente, não aparece nem o veredicto nem a sentença. Acredita-se que Rosa Maria Egípcíaca tenha sido resgatada pelo Menino Jesus, o mesmo que ela afirmava que vinha todas as noites alimentar-se em seu seio.

Se não faltam documentos sobre Rosa, ãA flor do Rio de Janeiroö, como chegou a ser conhecida em seu tempo, outra mulher desta mesma época chegou até nós via culto afro, embora tenha sido adotada como santa sem o reconhecimento da Igreja. Trata-se da Escrava Santa Anastácia. A imagem que a representa é a de um desenho de Jacques Arago, datado de 1839, e que mostra a máscara de flandres que se colocava sobre o rosto dos escravos que atentavam contra a própria vida, comendo terra.



Fonte Internet: Castigo de escravo- máscara de flandres. Jaques Etienne Arago, 1839.

Há uma outra gravura, de Debret, mostrando o mesmo tipo de máscara sobre o rosto de um homem, um artefato mais bruto, cobrindo toda a face, semelhante a um funil.



Fonte Internet: Escravo com máscara de flandres. Jean-Baptiste Debret, 1835.

Estas máscaras também serviam como punição quando o escravo era apanhado roubando comida. Ou como precaução, para evitar roubo de pepitas de ouro ou de diamantes, nas minas. Sem documentos que comprovem sua vida material, o importante é que a presença desta Anastácia continua viva no imaginário popular brasileiro.

Parece mesmo que através da religião as mulheres tiveram mais chances de serem lembradas. A poetisa Auta de Souza, nascida no Rio Grande do Norte em 1876, conseguiu publicar suas obras em vida, em jornais e antologias e, ao que tudo indica, continuou a fazê-lo depois de morta. O médium Chico Xavier psicografou mais de 20 poemas atribuídos a ela, sendo que cerca de uma dúzia destes foram musicados. Auta teve vida breve, morrendo na juventude, vítima de tuberculose. Seu retrato não se encontra na galeria do IPN, talvez por pertencer a uma família de cor clara, com algum destaque social. Mas este é o encanto dos museus: eles evocam uma época e levam os frequentadores a se interessar por todo um tecido histórico que ajuda a explicar os objetos ali colecionados e expostos. Estimulam pensar as razões que deram visibilidade ou, pelo contrário, tentaram apagar existências que, sem dúvida, merecem resgate e estudo.

A escravidão era a força de trabalho predominante até o século XIX aqui no Brasil. Oficialmente, os escravizados eram os negros, mas, na prática, pode-se notar que a exigência de submissão e o uso de exclusão estendia-se às mulheres, com algumas poucas exceções.

Um nome que durante muito tempo esteve ausente da lista de autores de literatura brasileira é o de Maria Firmina dos Reis, hoje reconhecida como sendo autora do primeiro romance abolicionista brasileiro. Filha bastarda, de pele negra, enfrentou diversos preconceitos, mas apesar de tudo, conseguiu publicar, em 1859, *Úrsula*, considerado o primeiro romance abolicionista, e uma das primeiras obras escritas por mulher brasileira. Comparado a outro romance abolicionista, este de Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas-algozes*, de 1869, destaca-se por mostrar os escravizados dotados de humanidade, não apenas seres vingativos, meros porta-vozes do ódio quilombola ou simplesmente como membros da força de trabalho, mais ou menos dócil, da época.

Dentre as autoras da estética naturalista, encontram-se Emília Moncorvo Bandeira de Melo (que publicou sob vários pseudônimos, o mais constante sendo Carmem Dolores), autora de *A Luta*, publicado em folhetim pelo *Jornal do Commercio* em 1909 e aparecendo como livro dois anos depois. Anteriormente a ela, as publicações de Maria Benedita Bormann (1853 - 1895) chocaram a opinião pública porque ousaram tematizar a sexualidade feminina e conflitos entre mães e filhas. Sob o pseudônimo Délia, Benedita publicou *Aurélia* (1884), *Lésbia* (1890) e *Celeste* (1894), entre outros. Após sua morte, seus romances foram esquecidos, até cerca de meados de 1970, quando o interesse por obras de autoria feminina começou a se firmar no Brasil. Nesta época ressurgiram as obras de outras autoras

negligenciadas e propositadamente õesquecidasõ, tais como Júlia Lopes de Almeida, Maria Firmina dos Reis e Albertina Berta. Se as histórias literárias escritas no Brasil ignoravam esses nomes até pouco tempo atrás, o *The Cambridge History of Latin American Women's Literature* (RODRÍGUEZ & SZURMUK, 2016, p. 157) classifica Délia como uma das principais autoras de seu tempo.

Essa ida ao IPN e a contemplação de rostos desconhecidos e, muitos deles, idealizados, chamou minha atenção para quantas mulheres foram deliberadamente silenciadas, resgatadas apenas através de memórias ou pelos encontros fortuitos em sebos, este comércio em que livros usados, abandonados por seus donos, conseguem ser resgatados por outros leitores, e encontram maneiras de se manterem vivos.

Mesmo cientes de que suas obras e vidas estavam cercadas por muitas barreiras que impediam sua legitimação, estas mulheres continuaram a escrever, lutaram por publicar, se esforçaram para ser ouvidas e para ganhar seu sustento num século perturbador, onde os mais altos ideais conviviam com a despudorada exploração de pessoas e de nações inteiras.

Num apanhado incompleto, é possível listar, somente aqui no Brasil, uma dezena e meia de autoras cujas vidas estão, integral ou parcialmente, no século XIX. Numa história (concisa) da literatura brasileira, em 1988, falando de mais de 4 séculos de produção literária, citando autores de importância e outros que desapareceram sem deixar saudades, são quatro apenas as mulheres cujos nomes aparecem no índice: Francisca Júlia, Raquel de Queiroz, Clarice Lispector e Cecília Meireles. Deixando estas, portanto, que encontraram seu caminho para o panteão santificado pelos professores da USP, fora deste trabalho, reviro, mais uma vez, os olhos à procura de outras vozes e de outras estratégias para a conservação de memórias femininas. Às santas e místicas, às heroínas da pátria, juntam-se, no século XIX, as jornalistas e educadoras. Fundadoras de Jornais e de Revistas femininas, abrindo colégios, educandários e orfanatos, lutando por seus direitos de cidadãs, tais como o direito ao voto e o direito de herança, estas mulheres escreveram poemas, ensaios, peças teatrais, manifestos, contos, crônicas, romances e novelas. A crítica as desprezou, suas semelhantes censuraram seus modos e suas palavras. Seus livros foram jogados no lixo, julgados indignos de aparecerem em estantes sérias. Mas elas foram lidas. É com os olhos da imaginação que vejo Carolina Maria de Jesus, já no século XX, uma favelada que sobrevivia como catadora de papel, resgatando do lixo ensaios de Nísia Floresta ou de Anália Franco. Revistas de Josefina Álvares de Azevedo (sim, irmã do poeta celebrado e tão querido!) ou de Yde (Adelaide

Schloenbach Blumenschein); poemas de Narcisa Amália ou de Júlia Maria da Costa. Quem sabe um romance da desafortunada Pagu? Democráticamente, é possível que entre essas obras surgisse algum livro de Machado de Assis ou de José de Alencar, algum poema de Bilac ou de J. G. de Araújo Jorge, talvez até mesmo um sermão de Vieira. Carolina, segundo nos informou em *Quarto de despejo* (1960), lia tudo o que lhe caía nas mãos. E sonhava com o livro que um dia viria a publicar. Sonho realizado, a autora achou que tinha mudado de vida. Celebrada por todos, recebida na alta sociedade, em embaixadas e palácios presidenciais, ela conheceu o sucesso, mas também o esquecimento e o abandono. Ao morrer, outra vez na miséria, esquecida, foram encontradas caixas de originais, escritos em retalhos de papel, em pedaços de caixas, em velhos cadernos. Hoje Carolina ocupa o lugar que conquistou com sua obra. Valorizada por pessoas que talvez não tenham tido a possibilidade de ler as autoras do século XIX, que estavam fora de publicação, fora dos manuais e dos cânones. Talvez nem mesmo tenham tido a chance de ler as obras de autoras mais recentes, do século XX. As publicações desaparecem das livrarias, dominadas, hoje, pelo comércio, um deus caprichoso e volúvel, ansiando sempre por novidades.

Identifico, pelas fotos, um outro caminho de reconhecimento: o da música. Algumas mulheres receberam reconhecimento por suas composições. Dona Ivone Lara está ali, com todo direito, e seu retrato me faz evocar Chiquinha Gonzaga, as duas tão amadas por todos. Ali está o retrato de Elza Soares, evocando outras cantoras como a divina Elizeth, ou a clássica e premiada Bidu Saião. Embora no século XIX as mulheres tivessem restrições para frequentar estabelecimentos de ensino formais, estas pioneiras abriram caminho para estabelecer um outro espaço público onde as mulheres se destacam.

Lembro-me que, há um ano, os holofotes destacaram as atletas brasileiras. Sob as luzes e os louros olímpicos, mulheres passaram a simbolizar o orgulho pátrio, ferido com a humilhante derrota da seleção na Copa do Mundo. Os espaços de reconhecimento se abrem, com maior ou menor dificuldade. Nas artes plásticas, nas artes cênicas, não são poucas as artistas brasileiras que se destacam. Até mesmo nas ciências, algumas mulheres desempenham importante papel, infelizmente vendo-se obrigadas, muitas vezes, a saírem do país, por falta de financiamento de suas pesquisas.

Não posso deixar de mencionar as mulheres que hoje se destacam na política, coisa que já foi considerada impensável. No século XIX nem sequer tínhamos direito a voto,

conquistado apenas em 1932. Em menos de um século conseguimos entrada em todos os cargos políticos, até a Presidência da República.

Para encerrar estas reflexões, pergunto-me como manter a memória, como resgatar a história de nossos tempos? Em que nuvem encontraremos os subsídios para compreender estes tempos de tanta divisão e de hipocrisia? Talvez seja o caso de dizer, como Michelet: ãDei a muitos dos mortos, cedo demais esquecidos, o auxílio de que eu mesmo terei necessidadeö (PEREIRA, 2007, p. 28). O importante, creio, é não estar apenas voltado para o futuro, esquecendo os degraus que galgamos para chegar às posições que ocupamos hoje. Por isso é que iniciativas para resgatar as figuras do passado serão sempre bem-vindas. E, mais que tudo, procurar entender as razões que calaram tantas vozes, que esconderam tantos vestígios, que dissimularam tanto sofrimento.

Deixar nossas mentes livres, pensando diferente. Deixar nossas vozes ecoarem, mesmo em dissonância. Mostrar nosso trabalho, com dignidade e respeito. Talvez seja esta a saída para que não tenhamos, no futuro, uma outra descoberta de cemitérios de horrores como os que, infelizmente, ainda estão sendo escondidos mundo afora.

Referências

- BORMANN, Maria Benedicta. *Lésbia*. Rio de Janeiro: Garnier, 1890.
- _____. *Celeste*. Rio de Janeiro: Garnier, 1893.
- _____. *Aurélia*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CALMON, Pedro. *Malês, a insurreição das senzalas*. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2002.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2v.
- DOLORES, Carmen. *A luta*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- MARQUES, XAVIER. *O sargento Pedro*. 2 ed. Salvador [Bahia]: Livraria Catilina de R. dos Santos, 1921. Disponível em: <https://ardrive.org/details/3429784>. Acesso em 10/08/2017.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da pele: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

REIS, JOÃO JOSÉ. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RODRÍGUEZ, Ileana; SZURMUK, Mónica. *The Cambridge History of Latin American Women's Literature*. New York: Cambridge University Press, 2016.

SOUZA, Auta de. *Horto*. Natal: Fundação José Augusto, 1970.

Women discovered in the trash

Abstract: This article aims reflect on forgotten women authors and reemed at disposal sites throughout the path of memory. The questions about the reasons that led (and still lead) so many women to be silenced and forgotten developed from a visit to the *Cemitério dos Pretos Novos*, located in the Gamboa, in the port area of Rio de Janeiro, and the attention aimed at an exhibition of unfamiliar and idealized female faces. Thus, in an interweaving of female characters from nineteenth-century Brazilian literature and female writers (from the nineteenth to the twentieth century), this article discusses how gender relations, but also race relations, have influenced the construction and formation of a historical canon and literary.

Keywords: Memory; oblivion; women; negritude.

Recebido em: 02 de setembro de 2017.

Aprovado em: 15 de novembro de 2017.